



TEOLOGIA BÍBLICA DO NOVO TESTAMENTO: SURGIMENTO E AUTONOMIA

Me. Roberto dos Reis

TEOLOGIA BÍBLICA DO NOVO TESTAMENTO: SURGIMENTO E AUTONOMIA

Roberto dos Reis⁴⁰

RESUMO

O termo “Teologia” é resultante da junção de duas palavras gregas: θεός (*thēós*), que significa *Deus* e λόγοσ (*lógos*), que pode ser traduzido por *palavra, verbo, estudo* ou *tratado*. “Teologia”, então, assume a definição de *Estudo acerca das coisas relativas a Deus, Sua natureza e relações com as criaturas criadas à Sua imagem e semelhança*. Desta forma, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre a *Teologia Bíblica do Novo Testamento* que, enquanto disciplina específica, se ocupa dos textos produzidos pelos evangelistas e discípulos de Jesus, trazendo para a esfera da reflexão crítica tanto o conceito sobre Deus, quanto a descrição e exposição da teologia que subjaz nos relatos bíblicos neotestamentários a partir dos seus contextos históricos específicos. É justamente aqui que o presente artigo se justifica, elevando a importância científica da temática abordada, uma vez que, enquanto disciplina teológica, descritiva e autônoma, a Teologia Bíblica do Novo Testamento não se apresenta como algo novo; pelo contrário, ainda que não tenha sido alvo das intenções dos primeiros cristãos, foi sendo construída ao longo da história, iniciando com a conformação, feita pelos autores sagrados, dos fatos ocorridos entorno do Messias aos registros proféticos do Antigo Testamento, dando origem aos conceitos teológicos fundamentais da Igreja Cristã. Desta forma, a metodologia utilizada na construção do presente texto foi a pesquisa bibliográfica, contemplando autores contemporâneos, estrangeiros e nacionais que, versados na temática abordada, colaboram, com suas pesquisas, para a construção de um verdadeiro arsenal bibliográfico.

ABSTRACT

The term “Theology” results from the combination of two Greek words: θεός (*thēós*), which means God and λόγοσ (*lógos*), which can be translated as word, verb, study or treatise. “Theology”, then, assumes the definition of Study of things relating to God, His nature and relationships with creatures created in His image and likeness. In this way, the present article aims to reflect on the Biblical Theology of the New Testament which, as a specific discipline, deals with the texts produced by the evangelists and disciples of Jesus, bringing to the sphere of critical reflection both the concept of God and the description and exposition of the theology that underlies New Testament biblical accounts from their specific historical contexts. It is precisely here that this article is justified, elevating the scientific importance of the topic addressed, since, as a theological, descriptive and autonomous discipline,

40 Mestre em Ciências da Religião (Teologia e História). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Professor da Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP).



New Testament Biblical Theology does not present itself as something new; on the contrary, even though it was not the target of the intentions of the first Christians, it was constructed throughout history, starting with the conformation, made by sacred authors, of the facts that occurred around the Messiah to the prophetic records of the Old Testament, giving rise to the concepts fundamental theological principles of the Christian Church. Thus, the methodology used in the construction of this text was bibliographical research, covering contemporary authors, foreign and national who, versed in the topic addressed, collaborate, with their research, to build a true bibliographic arsenal.

Palavras-Chave: História, Teologia do Novo Testamento, Teologia.

INTRODUÇÃO

A *Teologia Bíblica do Novo Testamento*, como disciplina independente tal como a conhecemos hoje nos cursos de Teologia, trilhou um longo caminho. Os embates enfrentados pelos estudiosos que se dedicaram à análise e produção de uma Teologia do Novo Testamento nos legaram um vasto volume de obras que, defendendo ou criticando a possibilidade de tal empreitada, merecem, por si só, uma análise cuidadosa. Obviamente que, pela própria natureza do presente artigo e o exíguo espaço disponível para a referida discussão, não pretendemos analisar todo o arsenal bibliográfico disponível, mas sim, a partir das mais relevantes produções literárias do gênero, incitar o leitor atento à pesquisa posterior. Portanto, a metodologia utilizada para a construção do presente texto é, como obvio se mostra, a bibliográfica, contemplando autores contemporâneos, estrangeiros e nacionais que, versados na temática abordada, colaboram, com suas pesquisas, para a construção de um verdadeiro arsenal bibliográfico.

Assim sendo, pretendemos, num primeiro momento, trabalhar a etimologia propriamente dita e a ideia que, como substrato, subjaz ao termo *Teologia Bíblica do Novo Testamento*. Em seguida, tomando como ponto de partida as diversas controvérsias que surgiram ao longo da história e que naturalmente permeiam a presente análise, revisitaremos a história da Igreja, desde o período primitivo até o surgimento do Iluminismo, em busca de uma *Teologia Bíblica* enquanto disciplina autônoma. Portanto, a temática abordada, por si só, se eleva em importância científica, uma vez que, enquanto disciplina teológica, descritiva e autônoma, não se apresenta como algo novo, pelo contrário, mesmo que não tenha sido objeto das intenções descritivas dos primeiros cristãos, a Teologia Bíblica do Novo Testamento

foi sendo construída ao longo da história da Igreja, inicialmente como produto da conformação dos autores sagrados que, partindo de suas experiências com o Cristo, foram coadunando os fatos referentes a Ele aos registros proféticos do Antigo Testamento, gestando os conceitos teológicos fundamentais da Igreja Cristã.

1. Etimologia, Controvérsia e Importância

O termo *teologia*, utilizado amplamente ao longo do presente artigo, como evidente se mostra, é oriundo de dois substantivos gregos: θεός, *thēós* (*Deus*) e λóγος, *lógos*, que significa *palavra, verbo, estudo, tratado* ou simplesmente *discurso* ou *raciocínio*. Desta forma, temos a definição bem simples para *Teologia*, ou seja, o *estudo* acerca das coisas relativas a Deus, Sua natureza e relações com as criaturas criadas à Sua imagem e semelhança. Em outras palavras, Teologia é a sistematização do pensamento reflexivo acerca de Deus segundo Sua revelação nas páginas das Sagradas Escrituras e em Cristo Jesus, Sua mais perfeita manifestação. A *Teologia do Novo Testamento*, por sua vez, enquanto disciplina específica, procura trazer para o âmbito da reflexão crítica o conceito sobre *Deus*, precisamente a partir dos textos coligidos pelos autores neotestamentários, eis aqui, portanto, a justificativa para a expressão “bíblica” que compõe o nome da presente disciplina – *Teologia Bíblica do Novo Testamento*.

Segundo análise do teólogo canadense George Eldon Ladd (1911-1982), um dos mais conceituados catedráticos em Teologia do Novo Testamento e durante muitos anos professor do Seminário Teológico Fuller, em Pasadena, Califórnia, a *Teologia Bíblica*, por si só, é a disciplina que objetiva estruturar a mensagem contida na Bíblia. Isso faz dela, fundamentalmente, uma disciplina *descritiva*, ou seja, seu escopo principal é *descrever, expor, trazer à tona*, a teologia subjacente aos relatos bíblicos a partir de seu contexto histórico. A rigor, isso significa dizer, que a Teologia Bíblica não está inicialmente preocupada “[...] com o significado último dos ensinamentos da Bíblia ou com a relevância para os dias atuais”, ressalta Ladd (1985, p. 25). Aliás, essa é uma preocupação que incomoda os teólogos sistemáticos, não os teólogos da Teologia Bíblica.

Quando nos perguntamos acerca do propósito fundamental da existência da Bíblia, não podemos negar que, em termos simples, é trazer para os homens as *Boas Novas* ((EPaggslion – *Euangéliōn*) da redenção, “[...] é contar [...]”, nas palavras do próprio Ladd (1985, p. 25), a “[...] a história daquilo que Deus tem feito [...]”. Isso, obviamente, significa dizer que Teologia Bíblica também se preocupa com a fidelidade da história narrada nos textos bíblicos.



Elaborar uma *Teologia Bíblica do Novo Testamento*, por mais fascinante e empolgante que seja, não é tarefa das mais fáceis. Se para alguns o caminho é espinhoso e, em alguns momentos, instável, para outros ele é simplesmente inexistente. Gerhard F. Hasel (1935-1994), catedrático em Antigo Testamento e Teologia Bíblica na Universidade de Andrews, EUA, não é nada animador quando diz que ela – a *Teologia Bíblica* –, enquanto disciplina teológica, “[...] está inegavelmente em crise” (2007, p.254). A crise à qual Hasel se refere, não é oriunda da falta de interesse em relação ao tema ou escassez de textos. Afinal de contas, grandes nomes da teologia moderna, como Rudolf Bultmann (1884-1976), Ernst Käsemann (1906-1998), Georg Strecker (1929-1994) e Joachim Jeremias (1900-1979) produziram obras monumentais sobre o tema.

O grande problema, como o próprio Hasel assevera, reside no que chamamos de *Questão Quádrupla*, ou seja, (1) *natureza*, (2) *função*, (3) *método* e (4) *escopo* da Teologia do Novo Testamento. Não há um consenso entre os estudiosos sobre esses elementos fundamentais, razão pela qual Norman Perrin (1920-1976), professor de Novo Testamento na Universidade de Chicago, EUA, classifica como “confusos” os estudos acadêmicos da atualidade. A rigor, esses problemas básicos relacionados ao estudo contemporâneo da Teologia do Novo Testamento não estão desvinculados daqueles que atormentaram, e ainda atormentam, as pesquisas em torno da Teologia do Antigo Testamento e com os quais os pesquisadores ainda terão de lidar durante muito tempo.

2. Teologia do Novo Testamento: Panorama Histórico

Objetivando a exposição de um panorama histórico da Teologia Bíblica do Novo Testamento, faremos uma sucinta análise do percurso histórico feito pela Teologia Bíblica desde sua aparente inexistência no período apostólico, passando pelo período pós-apostólicos e medieval, até o período iluminista.

2.1. A Mensagem Neotestamentária na Igreja Primitiva

É ponto pacífico entre os estudiosos que a Igreja Cristã da era apostólica não desenvolveu nenhuma Teologia do Novo Testamento. A grande preocupação daquela primeira comunidade cristã era tornar Jesus conhecido entre as nações, partindo da obediência à ordem de evangelização, tal como registrada pelo evangelista Marcos (16.14-18):

Finalmente apareceu aos onze, estando eles assentados juntamente, e lançou lhes em rosto a sua incredulidade e dureza de coração, por não haverem crido nos que o tinham visto já ressuscitado. E disse-lhes: Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura. Quem crer e for batizado será salvo; mas quem não crer será condenado. E estes sinais seguirão aos que crerem: Em meu nome expulsarão os demônios; falarão novas línguas; pegarão nas serpentes; e, se beberem alguma coisa mortífera, não lhes fará dano algum; e porão as mãos sobre os enfermos, e os curarão.

A Comunidade Cristã Primitiva, transformada pelo Cristo vivo e ressurreto (At.1.2-3) e inflamada pela experiência do Pentecoste (At.1.8), tinha como prioridade anunciar a salvação por meio da obra sacrificial de Cristo, tornando compreensíveis os sofrimentos e agruras suportados pelo Messias. Afinal de contas, o atroz martírio fazia parte do plano de redenção traçado pelo próprio Deus para a humanidade e anunciada pelos profetas veterotestamentários (Mt.8.14-17/Is.53.4; Mt.21.4-5/Zc.9.9; Mt.26.14-15/Zc.11.12 etc.).

Segundo Josef Schreiner (1922-2002), um dos mais destacados professores das universidades alemãs de *Münster* e *Würzburg*, o desenvolvimento, o aprofundamento e a fundamentação das Boas Novas anunciadas por Cristo constituíam, para a Comunidade Cristã incipiente, uma questão essencial e vital, sem a qual ela não poderia realizar-se, muito menos acolher a revelação a ela destinada. É a Palavra de Deus, expressa nos textos do Antigo Testamento, que forneceria à Comunidade Cristã essa possibilidade, devendo ser assimilada com a mesma naturalidade como que acolheram o Judaísmo e o próprio Jesus. Para Schreiner e Gerhard Dautzenberg (1934-2019), “[...] esta palavra exerceu uma influência determinante e modeladora quando a mensagem neotestamentária foi traduzida em palavra viva e, fundamentalmente, fixada por escrito” (2008, p.16).

A observação de Schreiner e Dautzenberg sobre a posição ocupada pelas Sagradas Escrituras – o Antigo Testamento – na Comunidade Cristã Primitiva durante seus primeiros passos é de capital importância para a compreensão histórica da formação da Teologia do Novo Testamento. Afinal de contas, se a vida de Cristo, incluindo aqui Sua paixão, morte e ressurreição, havia sido exaustivamente predita pelos profetas veterotestamentários, a pregação cristã fundamentada nesses textos tornou-se elemento indispensável para a sustentabilidade teológica da Igreja Cristã. É fundamentalmente essa consciência de conformidade da obra de Cristo com as Sagradas Escrituras que, segundo Schreiner e Dautzenberg (2008), reclamava não apenas uma explicitação, mas também um desenvolvimento. É assim que Marcos faz, por exemplo, ao registrar os acontecimentos referentes ao sofrimento de Jesus.



Não se limita a relatar o que Lhe aconteceu, mas utiliza as próprias palavras do Antigo Testamento (SCHREINER; DAUTZENBERG, 2008). Considere o seguinte exemplo:

Marcos 15

33. *Chegada a hora sexta, houve trevas sobre toda a terra até a hora nona.*

34. À hora nona, clamou Jesus em alta voz: *Eloí, Eloí, lama sabactáni? Que quer dizer: Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste? [“Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?” – Sl.22.1]*.

35. *Alguns dos que ali estavam, ouvindo isto, diziam: Vede, chama por Elias!*

36. *E um deles correu a **embeber uma esponja em vinagre** [“Por alimento me deram fel e na minha sede me deram vinagre” – Sl.69.21] e, pondo-a na ponta de um caniço, deu-lhe de beber, dizendo: Deixai, vejamos se Elias vem tirá-lo!*

37. *E o véu do santuário rasgou-se em duas partes, de alto a baixo.*

Além dos Salmos 22 e 69, há ainda o 31 e Isaías 53 como textos utilizados pelo evangelista que, segundo Schreiner e Dautzenberg (2008), influenciaram seu estilo literário. Seja como for, a Comunidade Cristã Primitiva vai construindo, a partir dessas ressonâncias do Antigo Testamento na vida e obra de Cristo, seus conceitos teológicos fundamentais. E isso significa dizer que a Igreja não cria para si nenhuma linguagem nova, e sim, a partir da linguagem já existente no Antigo Testamento, exprime sua mensagem repleta de termos e expressões ricas de sentido e já conhecidas pela comunidade primitiva.

2.2. A Teologia do Novo Testamento na Idade Média

A Idade Média foi um longo período da história que, segundo historiadores, estendeu-se do século V ao século XV, sendo os eventos marcadores de início e fim, a queda do Império Romano Ocidental, ocorrida em 476 d.C., e a queda da cidade de Constantinopla pelo exército turco-otomano, em 1453. É precisamente durante a Idade Média que a Igreja deixou de ser um pequeno e inexpressivo ajuntamento de fieis para se tornar um dos mais importantes atores da história. Nesse período os textos do Novo Testamento estavam irremediavelmente subordinados à tradição da Igreja. Segundo Hasel (2007, p. 258), ambos os testamentos eram considerados

partes da tradição eclesiástica: “Não se lia o NT fora da ou contra a tradição, porém mais ou menos interpretado pela tradição ou levado a harmonizar-se com ela”. Para compreendermos esse momento, é necessário lembrar que, após o término do período do Novo Testamento, diversas declarações teológicas foram elaboradas pelos Pais da Igreja, bem como o surgimento dos credos cujo objetivo era a sincronização da comunidade cristã em questões doutrinárias. Esses credos, que poderiam muito bem ser chamados de *Teologia Sistemática Incipiente*, sofreram adições por meio das interpretações das Escrituras durante os concílios eclesiásticos dos quais, conseqüentemente, surgiam as *tradições*. A rigor, durante os primeiros séculos da Idade Média, as tradições da Igreja ocupavam uma posição fundamental, uma vez que, à semelhança da Bíblia, eram reputadas como fonte de revelação e autoridade.

Seja como for, tanto a Bíblia quanto a tradição eram utilizadas como fonte da Teologia Dogmática, uma forma de reforçar os ensinamentos doutrinários da Igreja durante a Idade Média. Isso significa dizer, *mutatis mutandis*, que toda e qualquer teologia bíblica estava a serviço da Dogmática Católica Medieval, desvincilhando-se dela somente a partir da Reforma Protestante, em 1517. É durante sua defesa perante Carlos V (1500-1558), imperador do Sacro Império Romano, na primavera de 1521, na cidade alemã de Worms, a 60 quilômetros de Frankfurt, que Martinho Lutero (1483-1546) declarou que sua fé se fundamentava somente nas Escrituras, afirmando que não podia ser contrário à sua própria consciência. A Dogmática, ao contrário do que vinha acontecendo, deveria ser a formulação sistemática dos ensinamentos contidos apenas na Bíblia, e isso, conseqüentemente, exigia dos estudiosos das Sagradas Escrituras o conhecimento das línguas originais (hebraico, aramaico e grego) bem como a conscientização quanto à importância da história na Teologia Bíblica.

À semelhança de Lutero, outros reformadores também se posicionaram ao lado das Sagradas Escrituras, questionando a autoridade da tradição em favor de uma teologia fundamentada apenas na Bíblia. Werner Kümmel (1905-1995), considerado uma das maiores autoridades em Novo Testamento, asseverou que “[...] a rejeição da autoridade da tradição eclesiástica, em benefício da única autoridade da Bíblia através da Reforma, essencialmente só se voltou contra a doutrina e estrutura da igreja da Idade Média” (2003, p.30). Isso porque, segundo Kümmel (2003), esses reformadores, e a própria ortodoxia protestante do século XVIII, eram absolutamente convictos de que a doutrina da Bíblia estava em harmonia com os ensina-



mentos tanto da fé quanto das confissões da Igreja Primitiva. Desta forma, romper com a tradição eclesial era uma das principais características dos reformadores protestantes, assevera Donald Guthrie (1916-1992). Nesse sentido, ao eleger as Escrituras como autoridade suprema – a *Sola Scriptura* – acima da tradição da Igreja, Lutero lançava os alicerces para o que seria, no século XVIII, a Teologia Bíblica. Antes disso, os livros que apareceram ostentando o título de *Teologia Bíblica* não passavam de simples transcrições de versículos bíblicos cujo objetivo era a fundamentação da Ortodoxia Protestante, como é caso das obras de Wolfgang J. Christmann (1597-1631) e Henricus van Diest (1595-1673): *Teutsche Biblische Theologie* (Teologia Bíblica Alemã), publicada em 1629, e *Theologia Biblische* (Teologia Bíblica), publicada em 1643, respectivamente. Não havia, portanto, no período da Reforma Protestante, a inclinação científica para a análise dos textos bíblicos e, conseqüentemente, para o surgimento de uma Teologia Bíblica. Afinal de contas, assevera Guthrie (2011, p. 22), as “[...] interpretações eram, geralmente, subjetivas, em vez de serem baseadas na pesquisa histórica”. Os reformadores, definitivamente, não forjaram o termo “Teologia Bíblica”, muito menos reconheciam-na como disciplina propriamente dita, pontua Hasel (2007).

É com o *Pietismo Alemão* que a Teologia Bíblica dá os primeiros passos em direção a uma emancipação, por assim dizer, em relação à Ortodoxia Protestante. Considerado o fundador do movimento pietista e autor da obra *Pia Desideria* (Desejos Honestos), Philip Jacob Spener (1635-1705) é o primeiro estudioso a colocar a Teologia Bíblica em oposição direta à Ortodoxia Protestante. Influenciado pelo *Pietismo* propagado por Spener, diversos outros autores, entre eles: Carl Haymann (1708), J. Deutchmann (1710) e J. C. Weidner (1722), também direcionaram suas obras em oposição à Ortodoxia Protestante, e a Teologia Bíblica, que antes era vista como uma simples subsidiária aos sistemas doutrinários do Protestantismo, agora passava a ser vista como contraponto. A rigor, a efetiva rivalidade e a separação definitiva, entretanto, só ocorreriam com a chegada do *Racionalismo*, no Período Iluminista, no século XVIII.

3. Iluminismo e a Teologia Bíblica do Novo Testamento

O *Iluminismo*, que alguns historiadores grafam como um período histórico de mais ou menos cento e trinta anos (entre 1650 e 1780), traz para o contexto teológico uma postura bem definida em relação ao estudo das Escrituras, principalmente porque passam a ser vistas como uma obra literária, produto do intelecto humano. A razão passa a ser encarada como critério último no processo de avaliação do co-

nhecimento e, fundamentalmente, fonte primordial de todo o conhecimento. Afinal de contas, os iluministas pregavam a libertação da sociedade do seu antigo regime, libertando-a das garras da religião e da fé, advogando a primazia da razão como solução para os problemas da sociedade. Desta forma, as Escrituras já não eram mais vistas como fonte da revelação por excelência. Pelo contrário, passaram a ser encaradas como simples obras literárias e, portanto, devendo ser estudadas com o auxílio dos mesmos métodos utilizados na análise de obras seculares, produtos da história. As Escrituras Sagradas, segundo a arguta observação de Georg E. Ladd (1985), gradativamente se libertaram do controle eclesiástico e teológico, passando a ser interpretadas com objetividade científica.

A explicação para essa postura em relação à Bíblia, e concomitantemente a separação da Teologia Bíblica como disciplina autônoma, está no próprio Iluminismo. Afinal de contas, em sua base encontramos, em primeiro lugar, o Racionalismo com sua postura de contrariedade a toda e qualquer forma de supernaturalismo; em segundo lugar, o desenvolvimento de uma nova hermenêutica, a partir do Método Histórico-Crítico; em terceiro lugar, a aplicação da crítica literária radical dos textos bíblicos, desenvolvida por J. B. Witter (1711), J. Astruc (1753), J. J. Griesbach (1776), G. E. Lessing (1776) e J. G. Eichhorn (1794); em quarto e último lugar, o abandono da opinião ortodoxa sobre a inspiração das Escrituras. Essas influências, uma vez direcionadas ao estudo dos textos bíblicos, levaram os estudiosos à inevitável conclusão de que não deveriam procurar uma teologia na Bíblia, mas a história da religião. Desta forma, a Bíblia passou a ser considerada, segundo afirma Ladd (1985, p. 14), “[...] compilação de escritos religiosos antigos, que preservam a história de um povo semítico antigo, deve ser estudada com as mesmas pressuposições utilizadas nos estudos de outras religiões semíticas”. Percebe-se aqui, pela primeira vez, e associado aos estudos realizados por Anton Friedrich Büsching (1724-1793), Johann Solomo Semler (1725-1791) e Gotthilf Traugott Zachariä (1729-1777), que a Teologia Bíblica se torna, gradativamente, rival da Teologia Dogmática, impondo-se como disciplina histórica e independente a partir da aula magistral proferida por Johann Philipp Gabler (1753-1826), na Universidade de Altdorf, na Alemanha, em 31 de março de 1787.

Gabler, considerado o pai da Teologia Bíblica moderna, justamente em virtude do seu notório discurso em Altdorf, era teólogo racionalista. Para ele, havia uma nítida distinção entre Teologia Bíblica e Teologia Dogmática. A primeira, em virtude do seu caráter essencialmente histórico, tem por escopo transmitir aquilo que os escritores bíblicos pensavam a respeito das questões divinas; a segunda,



por sua vez, em razão do seu caráter fundamentalmente didático, tem por objetivo transmitir aquilo que determinado teólogo pensa a respeito de determinadas questões divinas, levando em consideração elementos como época, lugar, doutrina, escola de pensamento da qual faz parte etc. A perspectiva metodológica de Gabler, pontua Ladd (1985), prevaleceu por aproximadamente cinco décadas. Seu “[...] enfoque indutivo, histórico e descritivo [...]”, acentua Hasel (2007, p. 267), “[...] se baseia em três considerações metodológicas essenciais [...]”. A primeira alega que o que efetivamente conta no trato com os textos bíblicos, através da Teologia Bíblia propriamente dita, não é a autoridade divina, consubstanciada na doutrina da inspiração, e sim o que os autores dos textos pensavam quando os redigiram. A segunda é que a Bíblia deve ser garimpada, no sentido de se abstrair as ideias e os conceitos que os autores (não autor!) espalharam ao longo dos textos. É nesse processo (recolhimento, organização, relação e comparação) que entra o auxílio da crítica literária, histórica e filosófica (MERK, 1972 *apud* HASEL, 2007). A terceira consideração é que, segundo Gabler, a Teologia Bíblica, enquanto disciplina essencialmente histórica, deve “[...] investigar quais são as ideias de importância para a doutrina cristã, e saber, ‘quais se aplicam hoje’ e quais não tem ‘validade para o nosso tempo’”.

A rigor, Ladd (1985, p. 14) afirma que “[...] a Bíblia foi considerada como uma compilação de escritos religiosos antigos, que preservam a história de um povo semítico antigo, e deve ser estudada com as mesmas pressuposições utilizadas nos estudos de outras religiões semíticas”, ou seja, o estudioso não deve procurar uma “Teologia” na Bíblia, e sim a história da religião. Se por um lado, Gabler nunca escreveu ou intentou escrever uma Teologia Bíblica, por outro, forneceu os elementos que, posteriormente, deram origem a ela. É Georg Lorenz Bauer (1755-1806), companheiro de Gabler na Universidade de Altdorf e aluno de J. G. Eichon, quem publicou a primeira Teologia Bíblica propriamente dita.

Tomando cuidado para não confundir Bauer com o seu quase homônimo Baur, é com este último, Ferdinand Christian Baur (1792-1860), que a busca por uma Teologia do Novo Testamento chega a seu ponto mais alto. Influenciado por Friedrich Hegel (1770-1831), filósofo alemão considerado pai do Idealismo Germânico, Baur exerceu profunda influência sobre a teologia. Lançando mão da filosofia hegeliana, precisamente a dialética, Baur encara a História da Religião Cristã como uma disputa entre dois tipos de cristianismo: Um *judaico* e outro *gentio*. Jesus, para Baur, foi compreendido por Pedro e Tiago como o Messias prometido dos judeus, não o fundador de uma religião oposta ao Judaísmo (temos aqui a *Tese*), mas Pau-

lo, por sua vez, postulava que Jesus era o Messias, não apenas dos judeus, mas de todos os povos, portanto, fundador de uma nova religião. Desta forma, o conflito entre essas posições arrastou-se por todo o primeiro século da era cristã, época em que teriam surgido os primeiros textos do Novo Testamento: As epístolas de Pedro, o Evangelho Segundo Mateus, o Apocalipse (a *Tese*), a Epístola aos Gálatas, I e II Coríntios, Romanos e o Evangelho Segundo Lucas (a *Antítese*). O segundo século, por sua vez, viu surgir os livros que refletiam, não mais o conflito entre *Tese* e *Antítese*, mas a *Síntese*, isto é, Marcos, João e Atos dos Apóstolos (HASEL, 2007).

Seja como for, o enfoque essencialmente histórico de Baur, mesmo considerado exagero a aplicação do método dialético de Hegel no estudo do Cristianismo Primitivo, contribuiu para a construção de uma Teologia do Novo Testamento. Entretanto, os conflitos foram inevitáveis. Seja por parte daqueles que não viam nenhuma validade na perspectiva histórica, ou daqueles que tentavam conjugá-la com a revelação, a posição conservadora manteve-se firme, o que não impediu o surgimento de escolas contrárias a esse pensamento. É o caso da escola de vertente *histórico-positiva*, encabeçada por M. F. A. Lossius e D. L. Cramer. Essa escola de pensamento diverge da abordagem puramente histórica da Teologia do Novo Testamento tal como sustentada por Gabler, Baur e Bauer. Para Lossius e Cramer, os maiores proponentes dessa escola, só existiam três formas de se fazer uma Teologia do Novo Testamento: A primeira é tratar cada um dos escritores neotestamentários de forma separada; a segunda, através de uma abordagem sistemática dos *conceitos de doutrina* tal como proposta por Baur e a terceira, através da combinação desses dois métodos.

Portanto, é do labor acadêmico-teológico de Johann Christian Konrad von Hofmann (1810-1878) que surge uma das reações da ala conservadora contra o enfoque puramente histórico da Teologia do Novo Testamento. Segundo von Hofmann, há na Bíblia um claro relato da *História da Salvação (Heilsgeschichte)* de forma linear, cujo protagonista é o próprio Deus, buscando diligentemente salvar todos os homens. Desta forma, a Teologia Bíblica – Antigo e Novo Testamentos – deve expor essa história da salvação, afinal de contas, a Bíblia é o claro testemunho da ação de Deus na história humana. E esse, por sua vez, só chegará à sua plena realização quando da consumação escatológica de todas as coisas. Von Hofmann, portanto, sustenta que a principal base para as Sagradas Escrituras é sua indiscutível substância histórica, que é mais importante que a própria inspiração de seus autores. A rigor, é a ação do Espírito Santo que não apenas produziu os textos bíblicos, mas os reuniu no Cânon Sagrado. Assim sendo, é a relação de “interseção orgânica”,



termo utilizado do Hasel (2007), de todos os livros da Bíblia que propiciará a investigação do local histórico dessas produções do Espírito Santo. Segundo a percepção de Ladd (1985), Hofmann procurou colocar cada um dos livros da Bíblia em seu devido lugar, isto é, um lugar lógico no esquema da história da redenção.

Pertencente à Escola de Erlangen, assim como outros eruditos, entre eles Theodor Zahn, P. Feine, F. Büchsel e Ethelbert Stauffer, Hofmann não considerava a Bíblia um depósito de doutrinas, do qual os cristãos abstraem as proposições que se tornaram objeto de fé, mas testemunho dos atos de Deus ao longo da história da salvação. Influenciado pela Escola de Erlangen, Adolf Schlatter, teólogo protestante e um dos mais renomados professores de Novo Testamento nas universidades de Greifswald, Berlim e Tübingen, em meados do século XIX, ocupa uma posição importante no desenvolvimento da Teologia do Novo Testamento. Classificando como “ateu” o método histórico-crítico moderno, Schlatter sustentava que nem a cultura nem a história servem como método para o estudo da Teologia do Novo Testamento, uma vez que todo e qualquer método que tende a estudar o desenvolvimento do Cristianismo a partir de uma base puramente histórica é inegavelmente ilusório (HASEL, 2007). Afinal de contas, o teólogo do Novo Testamento não pode assumir uma posição neutra. Caso tente fazê-lo, tonar-se-á inimigo do Novo Testamento. A rigor, a palavra com que o “[...] Novo Testamento nos confronta pretende ter crédito, e assim exclui de uma vez por todas, qualquer tipo de tratamento neutro”, observa Schlatter. Segundo ele, sempre que o historiador “[...] põe de lado ou entre parêntese a questão da fé, está transformando seu interesse no Novo Testamento e sua apresentação do mesmo numa polêmica total e radical contra ele” (1905, p.204 *apud* HASEL, 2007, p.286).

A rigor, o posicionamento de Schlatter não significa que desconsidere o valor da investigação histórica do Novo Testamento. Pelo contrário, era contra aqueles que advogavam que a utilização da história como método para se compreender os escritos neotestamentários fosse essencialmente irreligiosa, isto é, desprovida de toda e qualquer ação divina. A investigação histórica, segundo a concepção liberal, transita no círculo hermético dos fatos históricos, o que exclui, a toda evidência, a possibilidade de transcendência. Em linhas gerais, o Schlatter combatia era a negação absoluta da relação entre *História* e *Revelação*. Afinal de contas, defendia que a revelação divina ocorreu na história da redenção.

Schlatter é profundamente sensível com relação à objetividade histórica, observa Hasel (2007). Segundo ele, o pensamento histórico não pode ir além dos fatos expressos nas fontes, caso contrário o resultado seria fantasioso. Há, apesar da

diversidade de testemunhos no Novo Testamento, uma unidade fundamental e este, por seu turno, tem suas raízes no ambiente histórico-cultural de Jesus, o Judaísmo Palestino. Tal afirmativa significa dizer que não podemos considerar um aspecto das Escrituras e desconsiderar o outro, ou consideramos o Novo Testamento como um todo harmônico, e isso se faz por intermédio da fé, ou estaremos vilipendiando a obra-prima do Espírito Santo, sustenta Schlatter fazendo ressoar aqui traços de sua criação pietista.

É no final do século XIX que Heinrich Julius Holtzmann (1832-1910) surge no cenário das discussões sobre a formação da Teologia do Novo Testamento. É a partir da metodologia estabelecida por Ferdinand Baur, e rejeitando a dialética hegeliana, tal como Baur havia incorporado em seus estudos, Holtzmann não concorda com o extremamente conservador Weiss, no que se refere ao isolamento do Novo Testamento do seu meio cultural e, fundamentalmente, a presença da revelação como elemento essencial da disciplina. Entretanto, ainda assim recai, segundo pontual Hasel (2007), no conceito-de-doutrina, segundo a qual o Novo Testamento deve ser entendido como uma série de sistemas doutrinários, ou seja, a Teologia tem como escopo descrever as diversas formas de doutrina elaboradas pelos autores do Novo Testamento. Seja como for, o século XX tem início com a Teologia do Novo Testamento sendo elaboradas a partir de uma perspectiva puramente histórica. Essa posição foi radicalmente combatida, principalmente pelo papirologista protestante Gustav A. Deissmann (1866-1937) e, tempos depois, por William Wrede (1859-1906).

A Teologia Bíblica, segundo Deissmann, tem como principal tarefa abstrair do Novo Testamento o pensamento ético-religioso do Cristianismo incipiente. Isso significa dizer que, em primeiro lugar, o conteúdo desse pensamento ético-religioso abstraído do texto deve retratar o ambiente histórico onde o Cristianismo surgiu; em segundo lugar, determinar as primeiras manifestações da consciência cristã primitiva para, em seguida, estabelecer a apresentação da consciência plena do Cristianismo Primitivo. Wrede, repudiando igualmente a posição de Holtzmann, defendia a aplicação do Método Histórico-Crítico, isto é, os textos neotestamentários devem ser interpretados através da cultura o seu próprio tempo. Desta forma, a Teologia do Novo Testamento deve ser capaz de mostrar as ideias e as percepções dos cristãos primitivos afim de que sejamos capazes de compreendê-las historicamente. Isso porque, segundo o próprio Wrede, expor as experiências religiosas vividas pela Comunidade Cristã Primitiva em seu ambiente religioso constitui a tarefa áurea da Teologia do Novo Testamento.



É com a obra *Concerning the Task and Method of the So-called NT Theology* (*Sobre a Tarefa e o Método da Teologia do Novo Testamento*), publicado por Wrede em 1897, que a Teologia do Novo Testamento passa a enfatizar a história da religião no Cristianismo Primitivo (LADD, 1985). É Henrich Weinel (1874-1936) que, após o falecimento de Wrede, ocorrido em 1906, passa a enfatizar a religião de Jesus como religião ética de caráter essencialmente redentor, isto é, seu único interesse em relação ao Cristianismo era estudá-lo a partir de sua comparação com outras religiões.

O que Weinel efetivamente propunha era uma mudança de enfoque, ou seja, ao invés de uma Teologia do Novo Testamento, uma História da Religião. É precisamente isso que faz Johann Hermann Bousset (1865-1920) em 1913, quando, na obra *Kýrios Christós*, delineou a história da fé em Jesus tal como nutrida pela Igreja Primitiva, fazendo uma clara diferença entre a consciência religiosa de Jesus (afirmava ser Jesus o Filho do Homem transcendental do apocaliticismo judaico), a fé professada pelo Cristianismo Primitivo e a concepção da Igreja Helenística e de Paulo (ressaltava a divindade de Jesus, tal como nas formas encontradas nos cultos da religião grega).

O que Bousset efetivamente levante com a publicação de sua obra *Kýrios Christós* é que, entre outras coisas, há uma possível transferência de conceitos mitológicos dos deuses gregos para Jesus. Segundo Bousset, muitos dos cristãos primitivos eram praticamente da *Religião de Mistério* antes de se converterem ao Cristianismo incipiente. Hasel (2007) afirma que Bousset, ao utilizar a Crítica da Tradição Radical, está defendendo que os primeiros cristãos importaram dessas religiões gregas o *Kýrios*, ou seja, um poder divino que está presente no culto e na adoração. A rigor, Bousset conclui que há uma nítida distinção entre (a) a consciência religiosa que Jesus nutria; (b) a consciência religiosa que os primitivos cristãos nutriam a respeito de Jesus e (c) a consciência religiosa que Paulo e a Igreja Helenística nutriam a respeito d'Ele.

Seja como for, se por um lado a teoria aventada por Bousset encontrou resistência por parte de alguns renomados estudiosos do Novo Testamento, dentre os quais se destacam Karl Holl (1886-1971) e Leonard Goppelt (1911-1973), por outro, encontrou guarida entre teólogos como o já citado Rudolf Bultmann.

CONSIDERAÇÃO FINAL

A *Teologia Bíblica do Novo Testamento*, conforme vimos, não é uma disciplina nova. Sua trajetória ao longo dos séculos, demonstra a vitalidade de suas assertivas e, acima de tudo, sua importância para a construção do conhecimento bíblico-teológico da Igreja ao longo de sua história. É bem verdade que, conforme vimos, a comunidade cristã primitiva, empenhada na proclamação do ato salvífico do Cristo vivo e ressuscito, não se preocupou em desenvolver uma Teologia do Novo Testamento, tal empreitada foi surgindo naturalmente à medida que os evangelistas, como Marcos, por exemplo, foram conformando os fatos ocorridos entorno do Messias aos registros bíblicos veterotestamentários e a partir daí a Igreja Cristã Primitiva foi construindo seus conceitos teológicos fundamentais. Saindo do período da Idade Média, quando as Escrituras foram submetidas à chancela da Tradição Eclesiástica, e ambas (as Escrituras e a Tradição) utilizadas como fonte da Dogmática, é com o Pietismo Alemão que a Teologia Bíblica inicia sua trajetória rumo à emancipação em relação à agora ortodoxia protestante.

Diferentemente da Teologia Sistemática, cuja preocupação áurea é o estudo sistematizado das doutrinas cristãs, a Teologia Bíblica tem por objetivo descrever, expor, trazer à tona a teologia que subjaz nos relatos bíblicos a partir do seu contexto histórico. E neste caso, a Teologia Sistemática lança mão dos dados fornecidos pela Teologia Bíblica, apresentando esses dados de forma sistematizada e coerente. Não sendo uma tarefa das mais fáceis, e para alguns, até mesmo impossível de ser feita, a construção de uma Teologia Bíblica do Novo Testamento encontrou muitos percalços ao longo do caminho. E não obstante a considerável produção acadêmica elaborada por nomes como Bultmann, Käsemann, Strecker, J. Jeremias, entre outros, a Teologia Bíblica ainda lida com a falta de consenso entorno do que chamamos de *Questão Quádrupla*, ou seja, *natureza, função, método e escopo* da Teologia do Novo Testamento, resultando em pesquisas que, não obstante tratem dos mesmos tópicos, se mostram confusas e divergentes.

Seja como for, e agora replicando as indagações suscitadas por Hasel, concluimos asseverando que ainda há muito chão a percorrer. Afinal de contas: A Teologia do Novo Testamento é um produto confessional ou um produto científico – neutro e objetivo – desprovido, portanto, de todo e qualquer compromisso religioso? A Teologia do Novo Testamento deve buscar as intenções de seus autores ou simplesmente as forças motoras atuantes na redação desses textos? A Teologia do Novo Testamento deve, por meio de sistemas filosóficos, fazer a ponte entre o



passado e o presente, ou não? A Teologia do Novo Testamento deve ser considerada parte do estudo histórico ou do estudo da História das Religiões, ou uma combinação dos dois? E finalmente, a Teologia do Novo Testamento deve ser considerada um empreendimento baseado no testemunho de seus autores ou, não se conformando com isso, deve penetrar por baixo – ou atrás – da forma do texto tal como se nos apresenta? A caminhada é longa!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOUSSET, Wilhelm. *Kyrios Christos: A History of the Belief in Christ from the Beginnings of Christianity to Irenaeus*. Nashville: Abingdon, 1970.

GEORGE, Timothy. *Teologia dos Reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 1993.

GOPPELT, Leonhard. *Teologia do Novo Testamento: Jesus e a Comunidade Primitiva*. São Leopoldo/Petrópolis: Sinodal/Vozes, 1976 (Vol.1).

GUTHRIE, Donald. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

HASEL, Gerhard. *Teologia do Antigo e Novo Testamento: Questões básicas no debate atual*. São Paulo: Academia Cristã, 2007.

KÜMMEL, Werner Georg. *Síntese Teológica do Novo Testamento*. São Paulo: Editora Teológica, 2003.

Ladd, Georg Eldon. *Teologia do Novo Testamento*. Rio de Janeiro: JUERP, 1985.

REIS, Roberto dos. *Introdução Bíblica: a vontade de Deus através de sua Palavra escrita*. Pindamonhangaba: Editora IBAD, 2006.

SCHREINER, Josef; DAUTZENBERG, Gerhard. *Forma e Exigências do Novo Testamento*. São Paulo: Ed. Hagnos, 2008.

TEOLOGIA BÍBLICA DO NOVO TESTAMENTO:
SURGIMENTO E AUTONOMIA

